

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 730.235 - TO (2015/0145711-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : LUIS GUILHERME DE SOUZA PAULA
ADVOGADO : JÉSUS FERNANDES DA FONSECA - TO002112B
AGRAVADO : JOSE ROBERTO NAVES
ADVOGADO : VICTOR DOURADO SANTANNA - TO004701A

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega violação dos arts. 234, 236 e 914 do Código de Processo Civil de 1973, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fls. 322/323):

APELAÇÃO CÍVEL - QUESTÃO INCIDENTE - ERRO NA GRAFIA DO NOME DO ADVOGADO - TROCA DE LETRA - POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO FEITO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - DESCABIMENTO - SOCIEDADE LIMITADA - DOIS SÓCIOS - ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA - IGUAL PODER DE GERÊNCIA NA SOCIEDADE. A mera troca de letras do nome do advogado não enseja nulidade da intimação, já que o processo pôde ser identificado pelo número e nomes das partes. O erro na troca de um "a" por "e" é muito sutil e não impossibilita a identificação do causídico, muito menos invalida a intimação, uma vez que os demais dados do processo estão corretos. Conforme se extrai o art. 1.020 do Código Civil, o sócio que administra os bens da sociedade e gere os negócios sociais tem o dever de prestar contas em relação aos demais sócios. Todavia, as contas somente são devidas aos sócios que não participam da administração da empresa. E no caso dos autos, a administração da sociedade era exercida por ambos os sócios, conforme consta expressamente na cláusula sétima do contrato social da empresa. Não há que se falar em dever de prestação de contas por parte do apelante. Afinal, o apelado, em razão do contrato social, pode verificar, quando bem entender, os documentos da empresa, de modo que o referido dever inexistente entre administradores. O apelante não tem poderes de impedir o apelado de participar da administração da sociedade. Se ele deixou de fazê-lo, eventualmente, por desinteresse, isso não implica o direito de pedir prestação de contas, dado que elas sempre estiveram ao seu

Superior Tribunal de Justiça

dispor. Enfim, não há obrigação legal de um sócio administrador prestar contas da administração a outro sócio administrador, pois ambos detêm poderes similares na sociedade. Recurso provido.

Ambas as partes opuseram embargos de declaração, que ficaram retratados na seguinte ementa (fl. 367):

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - RECURSOS DE AMBAS AS PARTES - PRIMEIRO REQUER APLICAÇÃO DO ART. 20, § 4º, CPC - CAUSA DE PEQUENO VALOR - RECUSO PROVIDO - SEGUNDO ALEGA OMISSÃO QUANTO À PROVA TESTEMUNHAL MENCIONADA EM SENTENÇA - INTENTO DE RETOMAR O JULGAMENTO DA CAUSA - IMPROVIMENTO. Quanto aos primeiros aclaratórios, com razão o embargante. Ao fixar o valor dos honorários nos termos do artigo 20, § 3º, do CPC, não me atentei para o valor da causa estabelecida em R\$ 100,00 (cem reais). Realmente, aplicando esse dispositivo no patamar de 10%, resultará na quantia irrisória de R\$ 10,00 (dez reais). Portanto, ante o baixo valor da causa, imperioso utilizar-se do § 4º do artigo 20 para fixar o valor da verba honorária, que estabeleço em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Em relação aos embargos opostos por Luis Guilherme, não vejo fundamento para seu provimento. O exame dos autos revela que inexistem quaisquer das hipóteses no caso concreto, e que o intento do embargante é retomar o julgamento da causa, utilizando-se dos embargos com finalidade diversa da que lhe é atribuída pela lei processual, o que se mostra inconcebível.

Sustenta que o erro de grafia do nome do advogado do agravante na publicação da decisão que recebeu a apelação foi suficiente para invalidar a publicação.

Afirma que, ao analisar detidamente a referida publicação, verificou que "(...) há um erro sutil no nome do advogado: ao invés de JÉSUS FERNANDES **DA** FONSECA, constou JÉSUS FERNANDES **DE** FONSECA" e que o erro, embora sutil, "foi suficiente para que o sistema de "recorte" que envia as publicações ao advogado (Portal Liber)" (fl. 386) não efetuasse a pesquisa do nome corretamente.

Argumenta, dessa forma, que a publicação incorreta impediu o agravante de apresentar contrarrazões à apelação, o que configura prejuízo, ocasionando o

Superior Tribunal de Justiça

cerceamento de defesa.

Assevera, por outro lado, que o intuito do ajuizamento da ação de prestação de contas não foi de apurar saldo devedor, mas sim, de esclarecer "pela prestação de contas, o motivo do recorrido não ter, ao administrar a empresa, efetuado os pagamentos de impostos, taxas, contabilidade e outras despesas (...)" (fl. 395).

Assim posta a questão, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Quanto à questão da nulidade da publicação, verifico que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, que firmou o entendimento no sentido de que "Não gera nulidade a publicação de decisão com eventual incorreção da grafia do nome do advogado se o erro é insignificante, sendo possível, por outros meios, a identificação do feito" (AgInt no REsp 1.747.883/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe de 21.2.2019). A propósito, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NULIDADE NAS INTIMAÇÕES POSTERIORES À REMESSA DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM, SEM O NOME DOS NOVOS PROCURADORES E COM ERRO DE GRAFIA NO NOME DA PARTE. NULIDADE A QUE A PRÓPRIA PARTE DEU CAUSA. IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE. GRAFIA INCORRETA DO NOME DA PARTE. INSIGNIFICÂNCIA. POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DO FEITO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não há que se falar em nulidade na intimação se a parte concorreu para o vício, protocolando a procuração com o nome dos novos procuradores, erroneamente, na instância onde não mais tramitava o processo.

2. No mais, é firme a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que, para que seja reconhecida a invalidade da intimação por erro de grafia ocorrido na publicação, o equívoco deve ser fundamental e relevante, de modo que efetivamente prejudique a identificação do

Superior Tribunal de Justiça

feito. Afasta-se, no caso, a alegada nulidade de intimação, por erro insignificante do nome da agravante ("Sociedade Evangrlica Beneficiente de Curitiba", ao invés de "Sociedade Evangélica Beneficiente de Curitiba"), que não prejudicou a identificação da parte nem do feito.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 83.532/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 12.2.2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ERRO NA GRAFIA DO NOME DO ADVOGADO. AUSÊNCIA DE DIFICULDADE NA IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO. NULIDADE DA INTIMAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO CONFORME A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não há como alterar a conclusão do aresto impugnado, no sentido de afirmar que era possível a identificação do processo e que o erro de grafia mencionado não obstaculizou o direito de defesa da parte insurgente. Entender de forma diversa perpassaria pelo revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, ante o disposto no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

2. O Tribunal de origem julgou conforme a orientação jurisprudencial apresentada. Aplicação da Súmula 83/STJ, a inviabilizar o conhecimento do apelo especial.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.050.797/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 26.6.2017)

Observe, por outro lado, que o Tribunal de origem deu provimento à apelação interposta pelo recorrido, julgando improcedentes os pedidos constantes da ação de prestação de contas, conforme os seguintes fundamentos (fls. 316/319 e 365/366):

(...)

Conforme se extrai do art. 1.020 do Código Civil ("os administradores são obrigados a prestar aos sócios contas

justificadas de sua administração, e apresentar-lhes o inventário anualmente, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico"), o sócio que administra os bens da sociedade e gere os negócios sociais tem o dever de prestar contas em relação aos demais sócios. Todavia, as contas somente são devidas aos sócios que não participam da administração da empresa. E no caso dos autos, a administração da sociedade era exercida por ambos os sócios, conforme consta expressamente na cláusula sétima do contrato social da empresa (evento 01, INIC2, processo originário nº 5000605-19.2005.827.2729), in verbis:

(...)

Desta forma, também cabia ao sócio Luis Guilherme de Souza Paula, ora apelado, a gerência da empresa, circunstância que afasta a possibilidade de exigir do apelante prestação de contas, especialmente porque, na condição também de sócio-administrador, possui poderes de administração e gestão e, conseqüentemente, acesso à toda documentação referente à sociedade.

(...)

O apelado alega que com sua mudança para Florianópolis/SC, a administração da sociedade ficou a cargo exclusivo do apelante. Por sua vez, o apelante afirma que também se mudou para aquela cidade juntamente com o apelado, fato não contestado por este. Assim, não se pode comprovar seguramente que a gerência ficou exclusivamente sob a responsabilidade do apelante.

No caso, não existe qualquer motivo evidente, legal ou contratual, que obrigue um sócio prestar contas a outro, mesmo porque não há essa previsão em qualquer documento juntado aos autos. Se, com a mudança do apelado para outra cidade, a administração da sociedade passaria a ser exercida somente pelo apelante, a alteração deveria ser consignada no contrato social da empresa.

Conclui-se, portanto, que ambas as partes eram sócios detentores de poderes de administração e gestão. Nessas condições, para que o apelado possuía direito à prestação de contas, caberia a ele demonstrar documentalmente que, de fato, a gestão era exercida, única e exclusivamente, pelo apelante.

O apelado afirma na exordial que mesmo estando em outro Estado, frequentemente está na capital e que em uma dessas vindas foi que tomou conhecimento dos débitos fiscais da empresa. Conclui-se, portanto, que a mudança de cidade não impedia o apelado de acompanhar a saúde financeira e contábil da sociedade, já que fazia visitas periódicas à capital, além da possibilidade de entrar em

Superior Tribunal de Justiça

contado direto com o escritório de contabilidade, sendo plenamente viável o acompanhamento da vida social da empresa. Sendo certo que, conforme preconiza o art. 1.021 do Código Civil, o sócio pode, a qualquer tempo, examinar os livros e documentos, e o estado da caixa e da carteira da sociedade.

Não há que se falar em dever de prestação de contas por parte do apelante. Afinal, o apelado, em razão do contrato social, pode verificar, quando bem entender, os documentos da empresa, de modo que o referido dever inexistente entre administradores.

O apelante não tem poderes de impedir o apelado de participar da administração da sociedade. Se ele deixou de fazê-lo, eventualmente, por desinteresse, isso não implica o direito de pedir prestação de contas, dado que elas sempre estiveram ao seu dispor.

Enfim, não há obrigação legal de um sócio administrador prestar contas da administração a outro sócio administrador, pois ambos detêm poderes similares na sociedade.

(...)

Em que pese os argumentos do embargante, a afirmação da referida testemunha ao dizer que "José Roberto Naves ficou um tempo tocando sozinho a atividade" é dedução lógica, já que o sócio Luis Guilherme estava morando em outro Estado. Todavia, tal afirmação não ilide o fato de ambos os sócios terem os mesmos poderes dentro da sociedade, tendo amplo acesso a quaisquer documentos da empresa. Desta forma, a alegada "administração de fato" nessa hipótese não importa, pois se é as "contas" que deseja obter, o próprio embargante Luis Guilherme, como sócio administrador, poderia consegui-las sem interferência do outro sócio, já que fazia visitas periódicas à capital, além da possibilidade de entrar em contato direto com o escritório de contabilidade. Portanto, o artigo 914 do CPC não se aplica ao caso.

Outrossim, conforme assinalei no voto, "o apelante (José Roberto Naves) afirma que também se mudou para aquela cidade juntamente com o apelado (Luis Guilherme de Souza Paula), fato não contestado por este. Assim, não se pode comprovar seguramente que a gerência ficou exclusivamente sob a responsabilidade do apelante."

Se houve acordo tácito de prestação de contas entre os sócios, não há como dirimi-lo em juízo ante a ausência de comprovação. Certo é que, se a administração passaria a ser exercida exclusivamente por José Roberto, tendo este que prestar contas a Luis Guilherme, a alteração deveria ser registrada no contrato social da empresa.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, anoto que a desconstituição da conclusão do acórdão recorrido, na forma pretendida, demandaria o reexame do acervo contratual e fático dos autos, o que encontra óbice nos enunciados n. 5 e 7 da Súmula do STJ. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTES QUE FIGURAM COMO SÓCIOS E ADMINISTRADORES DA EMPRESA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC/73. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DO DEVER DE PRESTAR CONTAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER A DECISÃO RECORRIDA NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

2. O Tribunal de origem, mediante o exame dos elementos informativos da demanda, concluiu pela inexistência de interesse de agir do recorrente em razão de ser sócio administrador e ter amplo acesso aos livros contábeis da empresa.

3. Infirmar as conclusões do julgado demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos e análise de cláusula contratual, o que encontra vedação nas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, do fundamento autônomo e suficiente à manutenção do aresto recorrido atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles." 5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.146.873/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe de 9.3.2018) (grifos nossos)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

